

Economista propõe elevar os juros

Rio — Para evitar um quadro não muito longe do caos, pelo que traçam os operadores do mercado financeiro, a saída, segundo outro economista, seria manter bem elevadas as taxas de juros. Antônio Carlos Porto Gonçalves, da Fundação Getúlio Vargas e há algum tempo prestando sua assessoria dentro de uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, a Lança, do Rio, coloca-se inteiramente contrário à perspectiva de uma prefixação da correção monetária que atingisse as cadernetas de poupança.

“É muito necessário se manter os juros elevados, para não haver uma fuga para ações ou consumo”, recomenda Porto Gonçalves, acrescentando que, sem este cuidado, “é melhor esquecer” uma política de combate à inflação que inclua o expediente da prefixação. Ele chega a afirmar que, se houvesse a utilização desse recurso, e imediatamente se registrasse um grande repique no mercado de ações, seria o sinal do fracasso. “Isto ocorreu durante o Plano Cruzado”, lembra.

Para este economista da FGV, não haveria uma fuga de capitais para o exterior. “Quem recorre a isto não o faz por especulação, apenas”, explica. O que ocorreria, mesmo, seria um aumento das aplicações no mercado paralelo do dólar e também no ouro: os dois disparariam. Fora isto, tudo se completaria com o que ele classifica de “redirecionamento de recursos do mercado financeiro para o de bens”, ou seja, o aumento do consumo dos que antes preferiam deixar seu dinheiro na poupança.

THEÓPHILO

Menos pessimista está o presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro, Thóphilo de Azeredo Santos, que também é primeiro vice-presidente da Federação Nacional dos Bancos (Fenabam). Sua visão é de que, com o controle do que chama de “fontes primárias da inflação” — a emissão de moeda e títulos públicos, para financiamento do déficit público do Governo —, o resto, inclusive a

prefixação, vem mais fácil.

“A prefixação será racional, e não há motivos para intranquilidade. Acho, inclusive, que as novas medidas de combate à inflação têm de ser adotadas o mais rápido possível. Está se perdendo tempo”, diz Azeredo Santos. Ele embasa sua crença nessa “prefixação racional”, no fato de que 1989, sendo um ano de eleições para a Presidência da República, não recomenda a adoção de medidas inúteis de combate à inflação. Ou seja, como ele mesmo diz: “Já se esgotou o arsenal de improvisação; qualquer erro, agora, tem reflexos políticos imediatos”.

Mas há um ponto específico que, nas entrelinhas, preocupa o presidente do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio: a aprovação dessas novas medidas antiinflacionárias. Mais precisamente, no que se refere à participação do Legislativo em todo esse processo. “A decisão final caberá ao Congresso, e não sei se todos vão perceber que as opções, hoje, são poucas, para conter a inflação”, conclui Azeredo Santos.